

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.822.927 - RS (2019/0183893-5)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : MARCOS ANTÔNIO MIOLA - RS028984**  
**AGRAVADO : IOLANDA MOTTA GULLO**  
**ADVOGADO : EDUARDO KOCHENBORGER SCARPARO - RS065285**  
**ADVOGADA : CAROLINE POMJÉ - RS111101**

### **DECISÃO**

Cuida-se de Agravo Interno interposto contra decisão monocrática (fls. 846-853, e-STJ) que negou seguimento ao Recurso Especial, com base na aplicação da Súmula 7 do STJ.

O agravante sustenta, em suma (fl. 860-862, e-STJ):

Equivoca-se a monocrática, com todo o respeito ao seu prolator, em relação à suposta incidência do óbice da Súmula 7/STJ, na medida em que o Estado não está pugnando pela reforma das conclusões havidas quanto à fraude, até porque lhe foram favoráveis!

A pretensão recursal do ente público volta-se tão somente à exigência de ajuizamento de ação específica para anulação da partilha, o que dispensa qualquer incursão no acervo fático-probatório da causa.

O juízo de admissibilidade feito pela eminente Vice-Presidência do Tribunal a quo bem apanhou a insurgência da Fazenda Pública, ao reconhecer que o aresto regional é dissonante da jurisprudência consagrada nessa Corte Superior sobre o tema.

Como bem asseverou o ente público nas suas razões de apelo, a decisão proferida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal gaúcho acabou por violar de forma flagrante o art. 185 do CTN e também os arts. 657 e 658 do CPC/2015.

O artigo 185, caput, do CTN é suficientemente claro ao atribuir à alienação de bens, pelo devedor da Fazenda Pública, realizada durante a fase de execução do tributo, a pecha da fraude, bastando, para tanto, que ocorra a redução do alienante à insolvência.

O acórdão regional, ao remeter o credor às vias ordinárias – ajuizamento de ação de anulação de partilha – para dar efetividade ao reconhecimento da fraude, olvida-se que a discussão sobre fraude à execução opera-se no plano da eficácia, e não da validade do ato de disposição patrimonial.

Pleiteia a reconsideração do *decisum* agravado ou a submissão do

recurso à Turma julgadora.

É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 21 de novembro de 2019.

Diante da argumentação trazida pela agravante, reconsidero a decisão agravada (fls. 846-853, e-STJ) e passo à análise do recurso.

Trata-se de Recurso Especial interposto (art. 105, III, "a", da Constituição da República) contra acórdão assim ementado (fls. , e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS E MULTA. ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ATRAVÉS DE PARTILHA APÓS REGULAR CITAÇÃO DO ESPÓLIO. FRAUDE À EXECUÇÃO. OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA PARA DECLARAÇÃO DE INEFICÁCIA DA PARTILHA HOMOLOGADA.

O STJ, por ocasião do julgamento do REsp nº 1.141.990/PR, submetido ao regime dos recursos repetitivos, firmou posicionamento no sentido de que o verbete nº 375 da Súmula daquele Tribunal não se aplica às execuções fiscais. Para a caracterização da fraude em feito executivo fiscal afigura-se irrelevante, portanto, a ausência de registro de penhora ou de má-fé, cumprindo ao devedor afastar a presunção de fraude a partir da comprovação de sua solvência. Hipótese em que, não obstante o reconhecimento de fraude à execução, necessário ajuizamento de ação própria para reconhecimento de ineficácia da partilha homologada com trânsito em julgado.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fl. 762, e-STJ):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. FRAUDE À EXECUÇÃO. OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA PARA DECLARAÇÃO DE INEFICÁCIA DA PARTILHA HOMOLOGADA.

ALEGAÇÃO DE CONTRADITÓRIO. INOCORRÊNCIA.

Os embargos de declaração possuem a finalidade de esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material existente na decisão judicial. No caso, não houve contradição. Hipótese em que, não obstante o reconhecimento de fraude à execução, necessário ajuizamento de ação própria para reconhecimento de ineficácia da partilha homologada com trânsito em julgado.

EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESACOLHIDOS.

Aponta a parte recorrente, em Recurso Especial, violação, em

preliminar, do art. 1022 do CPC; e, no mérito, dos arts. 658 e 792, §1º, ambos do CPC. Afirma:

Portanto, não há que se cogitar da incidência no caso concreto da conclusão da Súmula 07/STJ.

Contudo, como já antes dito, o acórdão disse “para que seja reconhecida a ineficácia da alienação, imprescindível procedimento específico de anulação de partilha, como defendido pela parte agravante”, indicando que “não obstante o reconhecimento da fraude à execução, e a possibilidade, em tese, de anulação de partilha nos termos dos artigos 657 e 658 do CPC, deve a parte exequente pleitear a anulação em procedimento próprio, caso não expirado o prazo decadencial para tanto, nos termos da lei”.

Bem, sobre estas “proposições” do acórdão serem contraditórias e incompatíveis, já se disse e se demonstrou anteriormente.

Mas, avançando, fica evidente que assim decindo a eg.

2ª Câmara Cível, acabou por violar de forma flagrante o artigo 185 do CTN e também os artigos 657 e 658, ambos do CPC.

12. De fato, inicialmente é preciso esclarecer, face à confusão feita pela v. decisão recorrida, sobre a natureza da fraude à execução.

Em outras palavras tendo a alienação dos bens do devedor ocorrido quando do processamento da execução – ou quando de processamento de demanda que poderia levá-lo à insolvência – o caminho dado pela lei ao credor para declaração de sua “ineficácia” (nas palavras de Pontes de Miranda e Araken de Assis) é o do reconhecimento da fraude à execução.

E o artigo 185, caput, do CTN é suficientemente claro ao atribuir à alienação de bens, pelo devedor da Fazenda Pública, realizada durante a fase de execução do tributo, a pecha da fraude, bastando, para tanto, que ocorra a redução do alienante à insolvência.

Contrarrazões às fls. 810-826, e-STJ.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, conquanto tenha reconhecido a ocorrência de fraude à execução, decidiu que, “para que seja reconhecida a ineficácia da alienação, imprescindível procedimento específico de anulação de partilha”, conforme se lê do seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 733-739, grifei):

Diz a controvérsia recursal com a ocorrência de fraude à execução fiscal em razão da alienação, após a citação da parte executada, de bens imóveis integrantes do seu patrimônio, bem como a possibilidade de considerar ineficaz a partilha transitada em julgado nos autos da presente execução fiscal.

Na hipótese, a execução fiscal foi ajuizada em face de Gullo e Cia Ltda, para cobrança de ICMS, no valor de Cr\$ 901.596,25 (novecentos

e um mil, quinhentos e noventa e seis cruzeiros e vinte e cinco centavos), em 10/10/1982 (fls. 160/161@).

Em 20/10/1982, a empresa executada ofereceu um imóvel à penhora, no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), bem como apresentou contrato social da empresa executada, constando os Srs. Salvador Gullo e Carlos Leonardo Gullo como sócios (fls. 165/171@).

Lavrado termo de penhora em 28/02/1983 (fls. 189@).

Em 11/03/1983, a executada opôs embargos à execução (fls.190@).

Em 29/03/1985, o exequente solicitou reavaliação do bem imóvel penhorado, com justificativa na inflação em curso no país, bem como reforço da penhora (fls. 192/193@). O imóvel foi reavaliado, no valor de Cr\$ 4.800.00,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), conforme consta do laudo de avaliação realizado em 04/06/1985 (fls.202).

Deferido o pedido de reforço de penhora pelo magistrado a quo, foi expedido mandado de reforço de penhora, o qual restou infrutífero, conforme Certidão de Oficial de Justiça, em 23/10/1985, afirmando que todos os bens conhecidos da devedora já se encontravam penhorados em ações do Estado do Rio Grande do Sul (fls. 224/225@).

Expedida Carta precatória para realização de leilão do imóvel na Comarca de Guaíba. Em 13/11/1990, o exequente requereu expedição de ofício solicitando informações sobre o cumprimento da precatória (fl. 279@). Sobreveio ofício do juízo deprecado, datado de 02/07/1991, informando que, ocorrido o leilão, o imóvel foi arrematado pelo valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), conforme Ata de Leilão (fls. 281/282@). Todavia, o exequente informou que o ofício em questão se tratava de precatória referente a outro feito executivo e solicitou o depósito do valor auferido no leilão do imóvel no presente feito (fls. 291/292@) A Caixa Econômica Estadual informou ter sido depositado o valor de Cr\$ 1.229.946,79 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e seis cruzeiros e setenta e nove centavos) – fls.

293/294@). Expedido alvará para levantamento do valor em 26/08/1992 (fl. 298@). Houve novo depósito judicial pelo arrematante, no valor de Cr\$ 200.959,69 (duzentos mil, novecentos e cinquenta e nove cruzeiros e sessenta e nove centavos) fl. 318@.

Em 12/03/1993, o exequente requereu suspensão do feito (fl. 328@), e em 07/10/1994, requereu o apensamento à execução fiscal diversa.

Em 29/11/1996, foi deferido o redirecionamento em relação aos sócios Carlos Leonardo Gullo e Salvador Gullo (espólio na pessoa de sua inventariante – Iolanda Gullo), conforme requerido pelo exequente (fls. 387/390@).

A citação da inventariante do espólio, ora agravante, restou perfectibilizada em 18/06/1997 (fls. 392/394@). Em 30/06/1997 foi realizada a penhora de um automóvel, constando como depositária a sra.

Iolanda Gullo. Interpostos embargos de devedor pela Sucessão de Salvador Gullo, julgados improcedentes, conforme certidão de 10/09/1998 (fl. 427@) e posteriormente, negado provimento à apelação interposta (fl. 458@).

Conforme ofício da Contadoria do Foro Central de Porto Alegre, o valor atualizado da dívida em 01/11/1999 no presente feito, era de R\$ 8.825,39 (oito mil e oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e nove centavos) – fl. 454@.

Em 27/03/2000, a empresa executada informou ser demandada em diversas execuções fiscais movidas pelo Estado do Rio Grande do Sul, relacionou diversos bens oferecidos como garantia nos feitos executivos, alegando que teriam valor estimado compatível com o montante executado, solicitou prestação de contas do montante auferido nas diversas execuções em razão das alienações judiciais já realizadas, bem como valor atualizado do débito, por fim, solicitando a reunião das ações executivas em tramitação (fl. 466/470@). Sugeriu proposta ao exequente para satisfação do débito e, remanescendo saldo devedor, ofereceu bens de propriedade do espólio de Salvador Gullo pertencentes à legítima do herdeiro Carlos Leonardo Gullo.

Responde o exequente listando as diversas ações executivas em tramitação, bem como respectivos bens penhorados em cada uma delas, não se opondo à reunião dos processos (fls. 507/510@). Apensados os autos, a tramitação prosseguiu na execução fiscal nº 01184074696 (fl. 511@).

O exequente informou o valor atualizado das dívidas em relação a todos os feitos executivos em face da executada, em 25/06/2015, informando que o total do débito é de R\$ 5.079.650,60 (cinco milhões, setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta centavos) – fls. 592/599@.

(...)

Da análise detida do conjunto probatório extrai-se a presença de todos os pressupostos indispensáveis à configuração da fraude alegada pela Fazenda Estadual.

**A alienação dos bens imóveis pela parte executada (espólio de Salvador Gullo), foi realizada em 19/08/2009, conforme informação constante no site do TJRS nas informações processuais da ação de inventário nº 001/1.05.0516675-9, que restou assim sentenciada.**

**Em executivo fiscal, é suficiente para reconhecimento do ardil a alienação de bens integrantes do patrimônio do devedor após a inscrição em dívida ativa e sem a reserva de capital suficiente à quitação do débito tributário.**

(...)

**É, pois, desnecessário para o reconhecimento da fraude o registro de penhora ou a comprovação de má-fé do alienante, tal**

**qual exige o verbete nº 375 1 do Superior Tribunal de Justiça.**

A não-aplicação deste enunciado em feito executivo fiscal, inclusive, foi ratificada pelo E. STJ quando do julgamento do REsp nº 1.141.990/PR, em 10/11/2010, submetido ao regime dos recursos repetitivos.

**Ora! Se à época do ajuizamento da execução e da citação do espólio havia bens capazes de satisfazer o crédito tributário, cabia aos sucessores indicar e oferecer quantos bens fossem necessários para garantir o Juízo.**

**Todavia, a parte agravante – ressalto, viúva do sócio a quem redirecionada a execução e inventariante devidamente citada em 1997 - agiu de forma extremamente antagônica, dando seguimento a alienação do patrimônio, perfectibilizada em 2009 com a partilha, sem que adimplisse com suas obrigações legais.**

**Na hipótese, a parte agravante não se desincumbiu minimamente de tal ônus probatório. Inexiste nos autos, com efeito, qualquer prova, mesmo mínimo indício, de que tenha reservado bens ou rendas suficientes à quitação do débito.**

**Ao contrário do alegado pela agravante, o Juízo em nenhum momento esteve garantido por completo. É verdade, porém, que existem diversos bens oferecidos como garantia pela executada durante o trâmite da ação.**

**Diante disso, não restou evidenciada a solvabilidade da executada, capaz de elidir a decretação da fraude à execução. Ademais, a alienação dos bens imóveis pela parte executada após a constituição do crédito tributário e, inclusive, após sua regular citação na presente ação executiva, registre-se, constitui questão incontroversa nos autos.**

**Conforme demonstrado, configurada fraude à execução.**

**Contudo, para que seja reconhecida a ineficácia da alienação, imprescindível procedimento específico de anulação de partilha, como defendido pela parte agravante.**

O Superior Tribunal de Justiça entende que “A fraude à execução é instituto de direito processual, cuja caracterização pressupõe a prévia existência de ação e que, por isso mesmo, acarreta a ineficácia primária da conduta fraudulenta, com a sujeição imediata do bem desviado aos atos de execução, razão pela qual pode ser declarada incidentalmente no próprio processo, dispensando medida autônoma” (REsp 1260490/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/02/2012, DJe 02/08/2012 – grifou-se).

De outro lado, é pacífico o entendimento de que, "verificando-se estarem presentes os pressupostos caracterizadores da fraude à execução, no termos do art. 593, II, do CPC, a par do acervo probatório elidir presunção de boa-fé do terceiro adquirente, deve ser declarada a ineficácia da alienação do imóvel penhorado em face do credor" (AgRg no Ag 758.743/RS, Rel. Min. VASCO

DELLA GIUSTINA, DJe 21.5.2010).

Seguindo tais lineamentos, resta claro que não há necessidade de ajuizamento de ação própria para desconstituir a sentença homologatória de partilha, pois o reconhecimento da ocorrência de fraude nos autos da execução não implica sua desconstituição, mas, tão-somente, a ineficácia das doações e renúncias efetuadas pelos herdeiros em relação ao credor/exequente.

Dessume-se que o acórdão recorrido não está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual merece prosperar a irresignação.

Diante do exposto, **reconsidero a decisão monocrática de fls. 846-853, e-STJ, e dou provimento ao Recurso Especial nos termos da fundamentação *supra*. Inversão do ônus.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator